

Memorabilia

MP 2019

MOSTRA DO PROGRAMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO MPMA

*Mal falei, mal agi
e minhas palavras
e meus atos naufragam
no reino de Memória.*
(Marc Bloch)

CATÁLOGO



CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO MARANHÃO

30
Anos

Pág. 5

Promotores e procuradores de Justiça suspendem suas atividades

Reunidos em congresso extraordinário, desde ontem pela manhã, no auditório do Colégio Centro Caixaial, nesta cidade, os Promotores e Procuradores de Jus

tiça do Maranhão resolveram, por maioria de votos, suspender suas atividades em todo o Estado, até que o governo Estadual se posicione a respeito da adapta

ção da nova Lei Orgânica do Ministério Público Estadual à Lei Complementar n. 40/81, cujo projeto se encontra paralisado no Palácio dos Leões.

JORNAL PEQUENO, 29.05.1984

**JÁ CHEGA DE DISSABORES...
JÁ BASTA DE SOFRIMENTO...
É CHEGADO O MOMENTO
DE DEFENDER NOSSAS CORES!**

(PROMOTOR DE JUSTIÇA ANTÔNIO CARLOS LOBATO)

**35 ANOS DA GREVE DO MPMA
PELA EDIÇÃO DA SUA LEI ORGÂNICA**

Pág. 13

CARLA DAS MERCÊS



**ABOLIÇÃO E REPÚBLICA, 130 ANOS: VISÕES E AÇÕES
DE PROMOTORES DO MARANHÃO OITOCENTISTA**

Pág. 20



O PROGRAMA MEMÓRIA E O MEMORIAL DO MPMA, 15 ANOS

Pág. 28

APRESENTAÇÃO

MEMORABILIA MP, a nova linha de ação do Programa *Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão*, este existente há exatos 15 anos, é a mostra alusiva às efemérides ministeriais, montada preferencialmente no Memorial da Instituição, com possibilidade de itinerância, em momentos comemorativos de importantes datas da história institucional ou das histórias estadual e nacional, desde que, no tocante a estas, mantenham interface com aquela.

Essa nova manifestação do Programa Memória teve início em 2019.

A *MEMORABILIA MP 2019* consta de quatro exposições: *Constituição Estadual do Maranhão, 30 Anos; 35 Anos da Greve do MPMA pela edição da sua Lei Orgânica; Abolição e República, 130 anos: visões e ações de Promotores do Maranhão oitocentista*; e *O Programa Memória e o Memorial do MPMA, 15 Anos*.

A exposição “Constituição Estadual do Maranhão, 30 Anos”, inicialmente instalada apenas na Procuradoria Geral de Justiça, foi aberta em 4 de outubro, tendo em vista que, no dia seguinte (sábado), a magna carta estadual atingiria três décadas de vigência.

Uma versão dessa exposição foi instalada também no *stand* do Ministério Público na Feira do Livro de São Luís, de 11 a 20 de outubro, a qual, depois de itinerância com parte do seu conteúdo pelas Promotorias de Justiça de Caxias e Timon, chegou ao Memorial do MPMA em 13 de dezembro.

Na ocasião, as três outras exposições foram inauguradas também no referido espaço museológico, a propósito do Dia Nacional do Ministério Público (14 de dezembro – sábado, no ano de 2019).

As quatro exposições contêm textos, reprodução de documentos históricos, recortes de jornais, fotos e excertos de depoimentos colhidos na linha de *História Oral* do Programa Memória, sendo duas delas acompanhadas de áudios e vídeos, disponíveis nos totens eletrônicos do Espaço Multimídia do Memorial do MPMA.

Parabéns a você, leitor, pelo acesso à reprodução do conteúdo físico da *Memorabilia MP 2019*, constante neste catálogo!

São Luís do Maranhão, dezembro de 2019.

A Comissão Gestora do Programa Memória

MENSAGEM DO PROCURADOR-GERAL

Ao decidir pela reinstalação do Memorial do Ministério Público do Estado do Maranhão no Centro Cultural e Administrativo da Instituição, que inauguramos há um ano no Edifício Promotora Aurora Correia Lima Félix, demos um decisivo passo para maior valorização desse espaço museológico do nosso *Parquet* estadual, existente desde dezembro de 2004.

Ao desafio de repensar o Memorial, remodelado e ampliado – agora contando com um espaço multimídia, além do convencional –, a Comissão Gestora do Programa *Memória Institucional do Ministério Público Estadual* respondeu não apenas incrementando o respectivo acervo, como também propondo novas formas de manifestação dessa importante atividade permanente da Instituição.

Realizar uma mostra com edição, tanto quanto possível, anual, comemorativa das efemérides ministeriais – eis a mais importante proposta que, ainda no final do ano de 2018, nos apresentava a referida Comissão, prontamente aprovada, considerando a relevância das exposições temáticas de que se constituiria logo em 2019: *35 Anos da Greve do MPMA pela edição da sua Lei Orgânica; Abolição e República, 130 Anos: visões e ações de Promotores do Maranhão oitocentista; e O Programa Memória e o Memorial do MPMA, 15 Anos*.

A essas ideias agregou-se a de comemorar também os 30 anos da Constituição Estadual do Maranhão, que então concebi. E assim surgia a *Memorabilia MP 2019* constituída de quatro exposições.

A primeira delas – *Constituição Estadual do Maranhão, 30 Anos* – inaugurei-a em 4 de outubro na Procuradoria Geral de Justiça, ocasião em que foram homenageados importantes deputados estaduais constituintes de 1989 e os atuais parlamentares. Naquela oportunidade, recebemos, com muita honra, uma cópia do autógrafo da Constituição do Estado, que logo passou à exposição permanente no Memorial do MPMA.

Agora, é com alegria que vemos montadas e reunidas as quatro exposições. Primeiramente, no Memorial e, pouco antes de 15 de maio de 2020, Dia Estadual do MPMA, seguindo itinerância por outras sedes da Instituição.

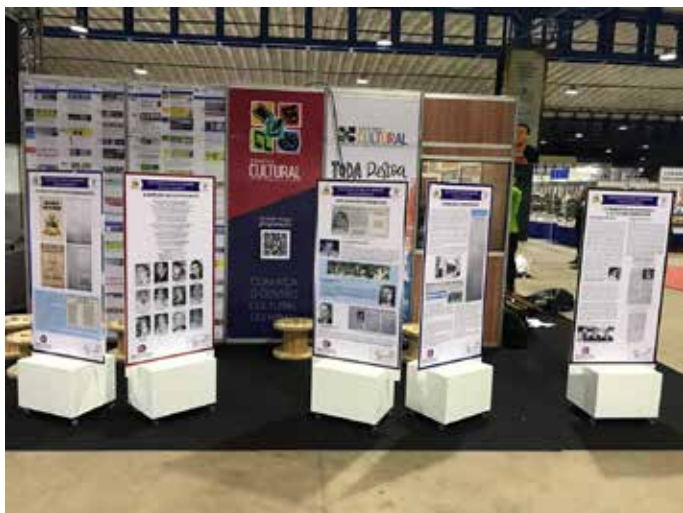
Na ocasião, já estará em curso a *MEMORABILIA MP 2020*, com programação que incluirá a comemoração dos 30 anos da investidura do primeiro chefe do MPMA nomeado após escolha pela classe, a procuradora de justiça Elimar Figueiredo de Almeida Silva, primeira mulher no Brasil a ser nomeada para o cargo nessa condição, que foi Procuradora-Geral de Justiça até 1994.

Bom proveito ante mais esse serviço cultural que lhe presta o Ministério Público do Estado do Maranhão por meio do seu Programa Memória!

Luiz Gonzaga Martins Coelho
Procurador-Geral de Justiça



MOMENTOS DA INAUGURAÇÃO, PELO PROCURADOR-GERAL **LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO**, DA EXPOSIÇÃO *CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO MARANHÃO, 30 ANOS*, EM 04.10.2019, NA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, COM A PRESENÇA DO DEPUTADO **OTHELINO NETO**, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, E DE **DEPUTADOS CONSTITUINTES** (VEEM-SE ALGUNS PAINÉIS MURAIIS DA EXPOSIÇÃO).



PAINÉIS DA EXPOSIÇÃO *CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO MARANHÃO, 30 ANOS* EXIBIDOS NO STAND DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA FEIRA DO LIVRO DE SÃO LUÍS (11 A 20.10.2019). O EVENTO RETRATADO REALIZOU-SE NO DIA 15.10.2019.



CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO MARANHÃO



Esta exposição inclui depoimentos audiovisuais, disponíveis no Espaço Multimídia do Memorial do MPMA.



CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO MARANHÃO
EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA



A CONSTITUIÇÃO MAIS DEMOCRÁTICA



Seguindo o figurino da discussão e votação da Constituição do Brasil promulgada em 5.10.1988, (...) não houve por parte do Executivo, como mandava a velha praxe, o envio de anteprojeto à Assembleia.

Por esse lado, a Constituição Maranhense de 1989 foi realmente democrática, em razão de seu texto haver nascido diretamente da sociedade organizada, dos poderes Judiciário e Executivo, Ministério Público, TCE e órgãos municipais, que enviaram à Assembleia minutas de suas propostas, que depois se transformaram em Títulos e Capítulos sobre Organização do Estado, Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário.

(MILSON COUTINHO. *Constituições Políticas do Estado do Maranhão*. São Luis: Clara Editora, 2009, p. 233)

| Deputados Estaduais Constituintes do Maranhão de 1989 | |
|--|-----------------------------------|
| Deputado ARISTEU BARROS | Deputado JUSCELINO RESENDE |
| Deputado ANSELMO FERREIRA | Deputado LUIZ COELHO |
| Deputado CÉSAR BANDEIRA | Deputado CARLOS GUTERRES |
| Deputado CARLOS BRAGA | Deputado FRANCISCO MARTINI |
| Deputado CARLOS MELO | Deputado PORTES DE AGLUAR |
| Deputado FRANCISCO CAMILO | Deputado EDUARDO MATIAS |
| Deputado GALENO BRANDI | Deputado MARCONY FARIAS |
| Deputado IVAN SALLAMBA | Deputado PEDRO VAZCONCELOS |
| Deputado JOSÉ ELIUT | Deputado KLEBER CARVALHO BRANCO |
| Deputado JOSE ORAJEDO | Deputado JOSÉ GENESIO |
| Deputado JOSÉ FARIAS | Deputado DANIEL SILVA |
| Deputado MARCO CADEDEIRO | Deputado RAIMUNDO CABELEDO |
| Deputado RAIMUNDO LEAL | Deputado CELSO COUTINHO |
| Deputado SENE TRINTA | Deputado BENEZEU GALVÃO |
| Deputado SARNET NETO | Deputado PETRÔNIO GONCALVES |
| Deputado IBTE LACO | Deputado COPACIÇÃO ANDRADE |
| Deputado GUSTÃO VIEIRA | Deputado JUAZEL MESQUITAS |
| Deputado JOÃO BOSCO | Deputado JUAZEL LIMA |
| Deputado JOSÉ GENTE | Deputado EMANOEL VIANA |
| Deputado JOSÉ BENTO NEVES | Deputado RAIMUNDO NONATO JAZZENHO |
| Deputado INACIO PERES | Deputado RICARDO MURAD |



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça



Dimensões: 1,35m (A) x 0,70m (L)



CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO MARANHÃO
EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA



A DIREÇÃO DA CONSTITUINTE

Mesa Diretora da Assembleia Constituinte:

Presidente, deputado **Ivar Saldanha**
1º Vice-presidente, deputado Carlos Guterres Moreira
2º Vice-presidente, deputado Léo Franklin
1º Secretário, deputado **Kleber Carvalho Branco**
2º Secretário, deputado Galeno Brandes

Comissão de Organização do Estado:

Presidente, deputado **Inácio Pires**
Relator, deputado **José Bento Neves**

Comissão de Tributação, Orçamento e Fiscalização:

Presidente, deputado **Benedito Bete Lago**
Relator, deputado **Jorge Pavão**

Comissão de Ordem Econômica e Social:

Presidente, deputado **Júlio Monteles**
Relator, deputado **Mário Carneiro**

Comissão de Assuntos Municipais:

Presidente, deputado **Francisco Martins**
Relator, deputado **José Elouf**

Comissão de Sistematização:

José Elouf, presidente
Carlos Guterres, vice-presidente
Raimundo Leal, relator-geral
José Bento Neves, vice-relator



Ivar Saldanha



Kleber Carvalho
Branco



Inácio Pires



José Bento
Neves



Benedito Bete
Lago



Jorge Pavão



Júlio Monteles



Mário Carneiro



Francisco
Martins



José Elouf



Carlos Guterres



Raimundo Leal



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça





CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO MARANHÃO EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA

30
Anos

O PROCESSO CONSTITUINTE

Instalada em 01.02.1989 a Constituinte Estadual, após discussões, emendas, votações e aprovação, as 4 comissões temáticas enviaram os textos que produziram à Comissão de Sistematização, composta pelos deputados José Elouf, Carlos Guterres, Raimundo Leal, José Bento Neves, Marconi Farias, Jorge Pavão, Bete Lago, Eduardo Matias, Emanuel Viana, César Bandeira, Francisco Martins, Gastão Vieira, Juarez Lima, Luís Coelho, Mário Carneiro, Petrônio Gonçalves e Raimundo Nonato Jairzinho – cada um deles com o respectivo suplente.

Assessorando os parlamentares, os advogados Celso Barros Coelho, Pedro Leonel Carvalho, Diomar Bezerra Lima e Milson Coutinho, mediante emissão de parecer técnico para cada uma das mais de 2 mil emendas apresentadas, sem contar as de iniciativa popular.

No final de maio, a Comissão de Sistematização publicou o texto do projeto no Diário Oficial, iniciando-se a sua primeira discussão e o recebimento de emendas em 1º de junho.



Fachada da Assembleia Legislativa (foto da época)



“Os debates foram acesos, com uma oposição competente e atuante, embora, aqui e ali, a discussão resvasse para as costumeiras agressões. Mas tudo depois serenava e a Assembleia ia cumprindo o seu dever.

(...)

A Constituição Federal havia fixado o dia 5.10.1989 para que todos os estados da federação promulgassem suas constituições. E só a 22 de setembro a do Maranhão era votada em primeiro turno.

Houve pressão do Governo do Estado, da sociedade organizada e da imprensa, e o fato é que teriam de ser votados em 4 dias o segundo turno e a redação final.

Jornal de Hoje

Constituinte encerra o 1º turno de votação

Os debates foram acesos, com uma oposição competente e atuante, embora, aqui e ali, a discussão resvasse para as costumeiras agressões. Mas tudo depois serenava e a Assembleia ia cumprindo o seu dever.

(...)

A Constituição Federal havia fixado o dia 5.10.1989 para que todos os estados da federação promulgassem suas constituições. E só a 22 de setembro a do Maranhão era votada em primeiro turno.

Houve pressão do Governo do Estado, da sociedade organizada e da imprensa, e o fato é que teriam de ser votados em 4 dias o segundo turno e a redação final.

A Assembleia praticamente ficou em sessão permanente. Já não havia hora para repouso, nem de deputados, assessores e funcionários envolvidos naquele processo desgastante.

Afinal, após novas tentativas através de emendas procrastinatórias, umas pertinentes, outras, nem tanto, em 27 de setembro de 1989 a Constituinte aprovou o projeto em segundo turno, com sensíveis avanços e àquelas alturas com o apoio da quase unanimidade dos parlamentares.”

(MILSON COUTINHO. *Constituições Políticas do Estado do Maranhão*. São Luís: Clara Editora, 2009. p. 235-237)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça



Dimensões: 1,35m (A) x 0,70m (L)



CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO MARANHÃO
EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA



TRÊS GRANDES DIRIGENTES



Jornal O Estado do Maranhão, 5 de outubro de 1989, p.1



IVAR FIGUEIREDO SALDANHA
(☆1921 †1999)

Presidente da Caixa Econômica Federal/Maranhão, prefeito de São Luís por 3 vezes, deputado estadual por 7 vezes (exercendo 4 vezes a presidência da Assembleia Legislativa), deputado federal por 2 vezes, governador do Maranhão, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e **presidente da Assembleia Constituinte de 1989.**



Plenário lotado de deputados e convidados, durante discurso de José Elouf, representando a Constituinte

Jornal O Imparcial, 6 de outubro de 1989, p.3

JOSÉ RIBAMAR ELOUF
(☆1933 †2007)

Advogado com atuação política em Timon, exerceu cinco mandatos de deputado estadual, tendo exercido a presidência da Assembleia Legislativa de 1977 a 1979 e ocupado duas vezes a 1ª secretaria da Casa. **Presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte Estadual de 1989.**



RAIMUNDO ROCHA LEAL
(☆1925 †1996)

Advogado, foi chefe de gabinete do prefeito de São Luís e procurador da Prefeitura. Representando o sertão maranhense, exerceu quatro mandatos de deputado estadual, tendo sido duas vezes presidente da Assembleia Legislativa. **Relator da Assembleia Constituinte de 1989.**

Leal considera Carta avançada



Jornal O Estado do Maranhão, 24 de setembro de 1989, p.3



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça





CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO MARANHÃO
EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA



A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE



O Estado do MA, 2.fev



O Estado do MA, 4.fev



Jornal de Hoje, 4 de fevereiro



O Estado do MA, 10.fev



O Estado do MA, 11.fev



O Imparcial, 11 de fevereiro



O Estado do MA, 12.fev



O Estado do MA, 11.mar



O Imparcial, 1 de agosto



O Imparcial, 2 de agosto



O Estado do MA, 2.ago



O Imparcial, 3 de agosto



O Estado do MA, 19.set



O Imparcial, 19 de setembro



O Imparcial, 23 de setembro



O Imparcial, 23 de setembro



O Imparcial, 24 de setembro



O Estado do MA, 25.set



O Imparcial, 26 de setembro



O Imparcial, 26 de setembro



O Imparcial, 27 de setembro



O Estado do MA, 30.set



O Estado do MA, 3.out



O Estado do MA, 4.out



O Estado do MA, 5.out



O Estado do MA, 5.out



O Estado do MA, 5.out



O Imparcial, 5 de outubro

Jornal de Hoje

O IMPARCIAL

O ESTADO DO MARANHÃO

Este painel encontra-se em exibição somente na Procuradoria Geral de Justiça

DO ESTADO DO MARANHÃO EM JORNAIS DE SÃO LUÍS



Deputado estadual constituinte
JOSÉ BENTO NEVES
em charges de Cabral



O Estado do MA, 10 de março de 1989



Dimensões: 1,50m (A) x 3,00m (L)



CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO MARANHÃO EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA

30
Anos

O PROMOTOR APOSENTADO E O FUTURO PROMOTOR

JOSÉ BENTO NOGUEIRA NEVES

(☆1927 †2012)

Promotor Público/Promotor de Justiça (1951-1975), titular em Caxias, Turiagu, Codó e São Luís. Fundador e primeiro presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão-AMPEM (1971-1972). Foi professor, advogado e exerceu altos cargos públicos do Estado, inclusive 4 mandatos de deputado estadual entre 1959 e 1990, tendo sido presidente interino da Assembleia Legislativa. Exerceu cargo público federal voltado para a reforma agrária, foi demitido da Promotoria em 24.03.1964 e reintegrado, por ordem judicial, em 11.12.1968. Qualificado como “agitador” pelos militares por defender a causa dos lavradores, foi preso por alguns dias e teve a suplência de deputado cassada após o golpe de estado de 1964. Jornalista e orador, foi fundador do importante Centro Cultural Gonçalves Dias, juntamente com outros jovens (1947), grandes nomes da cultura maranhense depois. Foi **Vice-relator da Constituição Estadual de 1989**.



“Sem vaidade e sem falsa modéstia, sou testemunha do quanto Bento somou com seus conhecimentos, pesquisas e trabalhos (dias e até noites). Entregou-se todo, à sua moda, com intensidade e, direi mesmo, com fervor, a esse trabalho, cuja contribuição foi fundamental, reconhecida por todos os jornais da cidade.

Naquela sessão solene, na promulgação oficial da nova Carta Magna do Maranhão, na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, ali estava um homem em plenitude, em paz, consciente do quanto havia contribuído e do tamanho da sua participação, que foi mais do que mera participação, sendo a pedra angular de tudo aquilo.”

(MARIA TEREZA DE AZEVEDO NEVES. *Minha árvore*. São Luís: Lithograf, 2005. p. 91-92)



Deputados estaduais constituintes
Juarez Medeiros, José Bento Neves e Gastão Vieira



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

JUAREZ MEDEIROS FILHO

(☆1956)

Promotor de Justiça (1999-2017), titular em Cândido Mendes, Mirador (1ª Entrância), Grajaú, Mirador (2ª Entrância/Intermediária). Líder estudantil, esteve, com outros jovens universitários, à frente da Greve da Meia Passagem de 1979 em São Luís, e foi radialista conceituado da Rádio Educadora do Maranhão, mantida pela Igreja Católica. Eleito deputado estadual em 1986 e reeleito em 1990, foi candidato a vice-governador do Maranhão na chapa de Epitácio Cafeteira em 1994 e a vice-prefeito de São Luís na chapa de João Castelo em 1996. Foi, pelo Partido Socialista Brasileiro, **deputado estadual constituinte de 1989**.

Medeiros diz que o projeto é restritivo

A fuga dos deputados nos debates preocupa

O projeto de Constituição, elaborado pelo deputado Raimundo Lual e em fase de discussão pelo plenário da Assembleia Estadual Constituinte, sofre de ser progressista e apertado, pois, inclusive quanto ao tema da Constituição Federal, declara, em outros, o deputado Juarez Medeiros (PSB).

A fuga dos constituintes maranhenses no debate da nova Carta em plenário é a outra preocupação do parlamentar socialista, que vê o esvaziamento do plenário para discussão do projeto, sem que os deputados tenham maiores preocupações, até mesmo para comparecer às sessões anuais da Assembleia Estadual Constituinte.

Medeiros, que está na luta daqueles que não acreditam em mudanças sociais criando mudanças, continua aguardando a resposta para uma solicitação encaminhada ao relator da Constituição, deputado Raimundo Lual, ao que pediu ao relator a criação de uma comissão de estudos para a criação do Conselho de Estado.

O parlamentar do PSB ainda espera não apresentar nenhuma emenda ao projeto de Constituição, mas diz estar disposto em propor a substituição do artigo em que está previsto a figura da lei delegada. Medeiros foi crítico ainda à criação do Conselho de Estado.



Medeiros se diz preocupado com a fuga dos deputados nos debates da Assembleia Estadual Constituinte.

Jornal O Imparcial, 1 de agosto de 1989, p.3

Povo sai fortalecido na nova Constituição

O deputado Juarez Medeiros (PSB), no final dos trabalhos de votação do primeiro turno, identificou que o texto acolhido pela Assembleia Estadual Constituinte foi “bom”, pois reflete os anseios da sociedade civil, embora reconhecendo que os constituintes maranhenses poderiam ter avançados um pouco mais.

A não criação do Conselho Estadual de Justiça, fruto de emenda popular defendida pela Ordem dos Advogados do Brasil, foi um “retrocesso” para o parlamentar socialista, que no entanto, comemora outros importantes ganhos: os conselhos do meio-ambiente, da criança e adolescente, da mulher, e o corte drástico nas mordomias hoje dispensada aos membros do Poder Judiciário, secretários de Estado e diretores de empresas de segundo escalão.

Jornal O Imparcial, 24 de setembro de 1989, p.3



Promotores e Procuradores de Justiça suspendem suas atividades

Reunidos em congresso extraordinário, os membros do Conselho Superior do Ministério Público do Maranhão resolveram, por maioria de votos, suspender suas atividades em todo o Estado, até que o Poder Judiciário seja paralisado em respeito à adaptação da nova Lei Orgânica do Ministério Público Estadual n. 40/81. Com o projeto em discussão, encontra-se parado no Palácio dos Lobos.

JORNAL PEQUENO 28.05.1984

**JÁ CHEGA DE DISSABORES...
JÁ BASTA DE SOFRIMENTO...
É CHEGADO O MOMENTO
DE DEFENDER NOSSAS CORES!**

PROMOTOR DE JUSTIÇA ANTÔNIO CARLOS LOBATOJ

35 ANOS DA GREVE DO MPMA PELA EDIÇÃO DA SUA LEI ORGÂNICA

Esta exposição inclui depoimentos audiovisuais ou somente em áudio, disponíveis no Espaço Multimídia do Memorial do MPMA.



35 ANOS DA GREVE DO MPMA PELA EDIÇÃO DA SUA LEI ORGÂNICA

A ÉPOCA

Em 1981, a 14 de dezembro, fora sancionada pelo presidente João Batista Figueiredo a primeira Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Complementar nº 40/1981), definindo-o como *instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, responsável, perante o Judiciário, pela defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade, assim como pela fiel observância da Constituição e das leis*, estabelecendo-lhe princípios e funções institucionais, bem como legitimidade para promover as ações penal e civil públicas.

Estabeleceu ainda que cada MP Estadual deveria ser organizado de acordo com as normas gerais instituídas pela própria lei nacional, para isso determinando que os Estados adaptassem a organização existente no prazo de 180 dias, a contar de sua publicação.



Em 1983, desde 16 de março, geria os destinos do MP do Maranhão o advogado José Brito de Souza.

Expirado, há muito, o prazo para a edição da lei orgânica estadual do Ministério Público, persistia o Governador do Estado, Luiz Rocha, que detinha o poder de iniciativa legislativa no caso, apesar dos reiterados apelos da classe, a ignorar o mandamento da lei complementar federal.

Foi quando, a 3 de novembro, o promotor de justiça, poeta e artista plástico Antônio Carlos Pereira Lobato compôs o poema Carta Rogatória, suplicando ao Dr. Brito que obtivesse a edição da esperada lei.

Em 1984, a 18 de abril, dois aviões de pequeno porte chocaram-se no espaço aéreo de Imperatriz, tendo um caído no Rio Tocantins e o outro, explodido no ar, exatamente a aeronave em que viajava o promotor Antônio Carlos Lobato. Seu corpo, entretanto, foi encontrado distante dos escombros, indicando que saltara do avião antes da colisão.

Doutor Lobato morria aos 51 anos de idade, deixando imensa saudade, um considerável legado cultural e sem ter visto *a lei que seria redenção*, como idealizou no poema.



Promotores e procuradores de justiça suspendem suas atividades

Reunidos em congresso extraordinário, desobedecendo a ordem do governador, os promotores e procuradores de justiça do Maranhão resolveram, por maioria de votos, suspender suas atividades em todo o Estado, até que o governo estadual se posicione a respeito da adoção da nova Lei Orgânica do Ministério Público Estadual à Lei Complementar n. 40/81, cujo projeto se encontra paralisado no Palácio dos Leões.

JORNAL PULSANDO, 28.08.1983

JÁ CHEGA DE DISSABORES...
JÁ BASTA DE SOFRIMENTO...
É CHEGADO O MOMENTO
DE DEFENDER NOSSAS CORES!

PROMOTOR DE JUSTIÇA ANTONIO CARLOS LOBATO

35 ANOS DA GREVE DO MPMA PELA EDIÇÃO DA SUA LEI ORGÂNICA

A PGJ DA ÉPOCA EM VERSOS

Quero exaltar o amigo
Pondo o meu chefe de lado...
Amigo é coisa difícil,
Chefe sempre é encontrado.
O amigo é quem vem na frente...
O chefe vem atrasado...

No amigo, vi de tudo:
Vi um excelente orador,
Um escorreito escritor
E um jurista de estudo!
E, além disso, contudo,
Inda cultiva a poesia,
Palmilha a filosofia
Sondando os seus precipícios...
E, às vezes, faz sacrifícios
No altar da boemia...!

No chefe, vi competência,
Disposição, destemor,
Varrendo e limpando a casa,
Desarrumando o andor,
Se a coisa continuar,
Acho que posso afirmar:
Vai ser bom ser Promotor!

Sua equipe é da "pesada":
LEITÃO de tudo conhece,
Respira Ministério Público
Desde que o dia amanhece,
Guerreiro sempre de pé,
Ministério é sua fé...
Ministério é sua prece...

O velho MARQUES, de guerra,
Este é da "rede-rasgada",
É uma locomotiva,
Nos trilhos em disparada...
É um craque em qualquer jogo,
Terrível Cancão-de-fogo
No comando da "negrada"...!

Tem COELHO e tem ZÉ GOMES,
Dois velhos cabos-de-guerra...
Sempre prontos pro combate
Cujo tiro nunca erra,
Tem ZÉ SÉRGIO, que é seguro,
Sério, correto, maduro,
Reserva de sua terra!

Tem IRANI caprichosa,
De acurados pareceres...
Tem REGINA atuante,
Cumpridora dos deveres,
Confiável a qualquer hora,
Sempre pronta, sem demora,
Mesmo sendo uma senhora,
Também cheia de afazeres!

Há vários outros colegas
Da maior seriedade,
Competentes Promotores
No vigor da mocidade
Com os quais não brinco nos versos,
Por não ter intimidade!...

São Luís, 19 de agosto de 1983.

Parte do poema *Oferecimento à Moda de Viola*, de Antônio Carlos Lobato, dedicado ao então procurador-geral de justiça José Brito de Souza. Publicado postumamente no livro *Rio dos Ventos* (Imperatriz: Ética, 2016), de autoria daquele promotor



Dr. José Brito de Souza



Procuradores de Justiça Joaquim Emílio de Melo e Silva, José Gomes, João Leitão e Raimundo Marques

Promotores e procuradores de justiça suspendem suas atividades

Reunidos em congresso extraordinário, das 10h às 12h, no auditório do Colégio Santo Casimiro, nesta cidade, os Promotores e Procuradores do Juízo do Maranhão resolveram, por maioria de votos, suspender suas atividades em todo o Estado, até que o governador se posicione a respeito da adoção da nova Lei Orgânica do Ministério Público do Estado à Lei Complementar n. 40/81. Ao projeto se encontra paralisado no Palácio dos Leões.

JORNAL PULSANDO, 28.08.1984

JÁ CHEGA DE DISSABORES...
JÁ BASTA DE SOFRIMENTO...
É CHEGADO O MOMENTO
DE DEFENDER NOSSAS CORES!

PROMOTOR DE JUSTIÇA ANTÔNIO CARLOS LOBATO

35 ANOS DA GREVE DO MPMA PELA EDIÇÃO DA SUA LEI ORGÂNICA

EIS O BRADO DE UMA CLASSE QUE DO FUNDO D'ALMA NASCE

Senhor Doutor JOSÉ BRITO,
Ilustre procurador,
Conceda um curto favor
A quem anda muito aflito!
Este poema é um grito...
É um brado de uma classe
Que, do fundo d'alma, nasce
E se transforma em clamor
Para que, com muito amor,
Vossa Excelência o escutasse...!

O senhor é, queira ou não,
Um amigo que surgiu
E que, com afeto, atraiu
Todos ao seu coração!
A hora é de decisão,
E decisão pra valer.
Não nos deixe esmorecer
E aprove pra seus amigos,
Com todos os seus artigos,
A LEI que queremos ter!...

A batalha é tenebrosa,
Nós sabemos que o é...
Mas, em nós, palpita a fé
E uma esperança preciosa!
Sua palavra é valiosa
Pra todos os promotores,
Já chega de dissabores...
Já basta de sofrimento...
É chegado o seu momento
De defender nossas cores!

Repare que a confiança
Que nós temos no senhor
É misturada com amor,
Confeitada de esperança!
Queremos que a sua lembrança
Fique na nossa memória
Qual Monumento de Glória
É que o senhor tenha, um dia,
Nesta procuradoria,
Uma página na História.

Esta LEI é uma conquista
E um sonho de muitos anos...
Mas, por debaixo dos panos,
Estão impedindo que exista!
Queremos que o senhor vista
A nossa nobre camisa,
Pois não se desmoraliza
Nos conduzindo à vitória;
Ao contrário, a sua Glória,
Para sempre, se eterniza...!

A gente até que andava
Perto da Magistratura.
Mas a coisa ficou dura
E a luta tem sido brava...
E, quando se reclamava,
Poucos nos davam atenção.
Por isso, a sua missão
É, sobretudo, importante:
PEGAR E LEVAR AVANTE
ESTA LEI QUE É REDENÇÃO...!

Acredite, "seu" Doutor,
Que a nossa fé é enorme.
Nossa esperança não dorme
Confiados no senhor.
Não nos falhe, por favor,
Seja o nosso paladino,
Não deixe arrancarem o pino
Dessa terrível granada
Que a explosão é lascada
Levando o nosso destino...!

Doutor Brito, seja irmão,
Não nos falhe, por favor.
Seja o grande promotor
Da nossa libertação!
(...)

São Luís, 3 de novembro de 1983.

Carta Rogatória, poema de Antônio Carlos Lobato, publicado postumamente no livro *Rio dos Ventos*, de sua autoria (Imperatriz: Ética, 2016)



Procuradoria Geral de Justiça,
Rua do Egito (1979-1994)



Diretoria da Associação do Ministério Público
do Estado do Maranhão (AMPÉM)
no biênio 1984-1985. Ao centro, os procuradores
Elmar Figueiredo e Raimundo Marques



Promotorias de Justiça da Capital,
Rua de Nazaré (anos 1980)



Dimensões: 1,35m (A) x 0,70m (L)



35 ANOS DA GREVE DO MPMA PELA EDIÇÃO DA SUA LEI ORGÂNICA

PARALISAÇÃO

"A batalha é tenebrosa, / Nós sabemos que o é... / Mas, em nós, palpita a fé / E uma esperança preciosa!"



A 25 de abril de 1984, era derrotada no Congresso Nacional a proposta de emenda constitucional, apresentada por iniciativa do deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT), pela restauração da eleição direta para Presidente da República, a despeito de uma das maiores campanhas políticas de expressão popular já realizadas no Brasil, denominada Diretas Já, que se estendera por mais de um ano, desde março de 1983. O clima era de desalento, de norte a sul do País.

Mas isso não impediu que, um mês depois (27 de maio), Promotores e Procuradores de Justiça do Maranhão deflagrassem greve de grande repercussão, encampada, em assembleia geral, pela Associação do Ministério Público do Estado (AMPEM); então presidida pelo procurador de justiça Raimundo Ferreira Marques, que, surpreendentemente, também era o Corregedor-Geral do MP Estadual e havia sido Secretário de Segurança do Maranhão.

Carro-chefe das reivindicações: a edição da lei orgânica da Instituição.



Jornal O Imparcial, 29.05.1984 (capa)



Jornal O Imparcial, 29.05.1984 (p. 3)



Jornal O Imparcial, 30.05.1984 (capa)



Mesa do Congresso Estadual do MPMA, São Luis, 1984. Os três membros à direita são os procuradores Nea Bello de Sá, Raimundo Marques e João Leitão



Dimensões: 1,35m (A) x 0,70m (L)



35 ANOS DA GREVE DO MPMA PELA EDIÇÃO DA SUA LEI ORGÂNICA

RESULTADOS

"Por isso, a sua missão / É, sobretudo, importante: / Pegar e levar avante / Esta lei que é redenção...!"



Os procuradores de justiça João Leitão, Assessor-Chefe da PGJ, e Raimundo Marques, Corregedor-Geral do MPMA, sob ameaça de punição pelo Governo do Estado e considerando a incompatibilidade dos cargos que exerciam com a condição de grevistas, pediram exoneração, assim como outros membros



da Instituição que exerciam cargos em comissão na Administração Superior, o que também foi feito pelo próprio Procurador-Geral de Justiça, advogado José Brito de Souza, haja vista a imposição do Governador para que se punissem os grevistas.

Nomeado o advogado João Américo de Souza para a chefia do MPMA (30.05), firmou-se o compromisso de providenciar a edição da nova lei orgânica e foi encerrada a paralisação (01.06).

*Desde então o Ministério Público nunca mais foi o mesmo.**

No dia 2 de julho, o Governador promulgou a Lei Delegada nº 156, que, entre outras determinações, criou o Colégio de Procuradores de Justiça, órgão máximo do MPMA, mantendo o seu Conselho Superior. O Poder Executivo havia cedido às "justas reivindicações dos membros da Instituição".**



Jornal O Imparcial, 02.06.1984 (capa), registrando o momento em que Raimundo Marques comunicou a Américo de Souza, na presença de Elimar Figueiredo, o fim da greve; e matéria da mesma edição na página 3

* Frase de Dirá, Elimar Figueiredo de Almeida Silva em depoimento escrito ao Projeto Memória do MPE/MA, 2003.
 ** Frase do procurador-geral de justiça Américo de Souza no texto de apresentação de uma edição da referida lei que a PGJ mandou fazer ainda em 1984.



Dimensões: 1,35m (A) x 0,70m (L)

Promotores e procuradores de Justiça suspendem suas atividades

Reunidos em assembleia no Ministério Público do Estado do Maranhão, em 1984, os promotores e procuradores de Justiça decidiram suspender suas atividades em protesto por melhores condições de trabalho. A greve contou com mais de setenta membros do Ministério Público, muito mais promotores do que procuradores de Justiça.

**JÁ CHEGA DE DISSABOSES...
JÁ BASTA DE SOFRIMENTO...
É CHEGADO O MOMENTO
DE DEFENDER NOSSAS COISAS!**

35 ANOS DA GREVE DO MPMA PELA EDIÇÃO DA SUA LEI ORGÂNICA

A MEMÓRIA DE CADA UM

"Não deixe amarrarem o pino / Dessa terrível granada, / Que a explosão é lascada / Levando o nosso destino..."

Os principais grevistas de 1984 exerceram importantes cargos depois. São procuradores de Justiça aposentados e residem em São Luís-MA. Eles prestaram depoimento ao Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão (Linha de ação de História Oral).

RAIMUNDO FERREIRA MARQUES – foi Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção do Maranhão e Procurador-Geral do Estado:

Fato inusitado, de repercussão muito grande, local e até nacional: o Ministério Público nunca tinha feito uma greve (risos), fizemos uma e, por incrível que pareça, não foi pedindo aumento de salário, mas pedindo o cumprimento de uma lei federal que já estava em vigor e que o Governador se recusava a cumprir.

Em um dia de domingo pela manhã, fizemos a assembleia geral no Centro Caixaerial. A greve contou com mais de setenta membros do Ministério Público, muito mais promotores do que procuradores de Justiça.

O Procurador-Geral de Justiça, Dr. José Brito de Souza, pediu demissão porque o Governador teria mandado demitir todo mundo, e ele disse que não iria demitir ninguém, que a mão dele não assinaria nenhum ato de demissão. Ao final, o Governador nos atendeu, o movimento foi vitorioso e ninguém foi punido.



JOÃO RAYMUNDO LEITÃO – foi presidente da AMPEM, Prefeito de Alcântara-MA, Corregedor-Geral do MPMA e primeiro coordenador da Comissão Gestora do Programa Memória:

Eu era o Assessor-Chefe na gestão do Dr. Brito de Souza.

A Associação do Ministério Público ainda não tinha uma sede própria, funcionava naquela casa pequena, alugada, e a nossa reunião em que foi deflagrada a greve ocorreu, por isso, no Centro Caixaerial.

O Governador chamou Brito para que ele punisse os membros do Ministério Público que estavam em greve. Ele me disse que, se houvesse insistência quanto a isso, entregaria o cargo. Então, eu combinei logo com Marques, que, além de presidente da AMPEM, era o Corregedor-Geral, para prepararmos nossos pedidos de exoneração dos cargos comissionados.

O Governador continuava exigindo que Brito nos punisse. Este foi a uma audiência com o Governador e, quando voltou, nos comunicou que havia pedido demissão. Foi quando entregamos para ele também os nossos pedidos de exoneração.

Dr. Brito de Souza teve a grande honrabilidade de não aceitar repressão por causa da greve que nós fazíamos, lutando exatamente por melhoria das nossas prerrogativas.

ELIMAR FIGUEIREDO DE ALMEIDA SILVA – foi Corregedora-Geral do MPMA, presidente da AMPEM e Procuradora-Geral de Justiça (a primeira mulher nomeada para o cargo no Brasil após eleição pela classe):

Aquela foi uma greve santa.

A reação do Governo foi terrível, pois não admitia que os membros do Ministério Público se insurgissem contra o Estado.

O Procurador-Geral do Estado me encontrou na escadaria do Tribunal:

- Doutora, a senhora sabe que isso é caso para prisão?

- Pois mande prender! Mandar prender, não tem problema nenhum...

O Procurador-Geral de Justiça era José Brito de Souza, advogado estranho à carreira, que não teve condições de reprimir a greve. E o Governador era Dr. Luiz Rocha, que tinha sido meu aluno em Balsas. Ele mandou o Procurador-Geral reprimir com força mesmo. Se necessário, até com prisões. E Dr. Brito perguntou:

- Governador, eu mando prender a Dra. Elimar?

- Mandar prender.

- Pois, então, está aqui o cargo – foi como Dr. Brito reagiu, pedindo demissão.

Mas a greve continuou e o Governador chamou Dr. Américo de Souza para dirigir a Procuradoria Geral de Justiça. Político hábil e inteligente, este fez o Governador compreender que ato de força não conseguiria modificar a atuação do Ministério Público, cuja chefia assumia sob o compromisso de apresentar o projeto da respectiva lei orgânica a partir das propostas feitas pelos membros da Instituição. Isso resultou numa lei delegada que vigorou até a atual Lei Orgânica do Ministério Público, que é de 1991, elaborada já na minha gestão como Procuradora-Geral de Justiça.



HELENA BARROS HELUY – foi Vereadora da Capital e Deputada Estadual:

Ah, a Greve. Vive Maria! Foi uma beleza (risos).

Crímio é que eu ia esquecer!...

O roteiro foi ótimo. Oitenta e quatro. Maio de 1984... Reuniões nas salas do Centro Caixaerial, na Praça Benedito Leite.

Eu vivi aquele momento. Estávamos reivindicando ao Poder Executivo o cumprimento de nossos direitos, que já estavam até proclamados, mas não eram observados.

Foi bonito. Uma suprema realização – os primeiros funcionários públicos, lato sensu, a atuar na paralisação do serviço foram os membros do Ministério Público do Maranhão, em sua maioria, jovens promotores, alguns deles que hoje já são até desembargadores.

REINALDO CAMPOS CASTRO – foi o segundo coordenador da Comissão Gestora do Programa Memória:

Aqui pra nós (risos), eu sempre fui um grevista "juramentado" – tinha greve, eu estava participando, pois a greve é sempre um instrumento de resistência dos mais fracos contra os mais fortes.

A nossa reivindicação, na Greve de 1984, era por melhores condições de trabalho, paridade com os membros da magistratura, sede própria para o exercício das nossas atribuições, que, até então, não tínhamos, funcionando quase que "agregados".

Os membros do Ministério Público muito ativos na greve, colegas da frente do movimento, foram Raimundo Marques, João Leitão, Elimar Figueiredo e Helena Heluy, entre outros. Eles sofreram pressão, inclusive, do Secretário de Segurança, desembargador aposentado Moacyr Sipauba da Rocha, que ameaçou prendê-los.



Em fotos atuais, o ambiente da greve na sequência: Centro Caixaerial (1); vistas da Praça Benedito Leite (2 e 3) por ângulos a partir das proximidades do Centro Caixaerial; Palácio do Comércio, na reterredade Frontal.



Dimensões: 2,10m (A) x 0,90m (L)





ABOLIÇÃO E REPÚBLICA, 130 ANOS: VISÕES E AÇÕES DE PROMOTORES DO MARANHÃO OITOCENTISTA

DESEJO DE LIBERDADE

TRAJANO GALVÃO DE CARVALHO

(☆1830 †1864)

Promotor Público de Itapecuru-mirim, 1859

"Nasci livre, fizeram-me escravo;
Fui escravo, mas livre me fiz.
Negro, sim; mas o pulso do bravo
Não se amolda às algemas servis!
Negra a pel', mas o sangue no peito,
Como o mar em tormentas desfeito,
Ferve, estua, referve em cachões!
Negro, sim; mas é forte o meu braço,
Negros pés, mas que vencem o espaço,
Assolando, quais negros tufões!"

(Versos do poema *O Calhambola*, publicado no livro *As Três Liras*, de 1863)



São Luís do Maranhão
vista da Ponta de São Francisco em 1864
(pintura de Manuel Ricardo Cantos)

CELSO TERTULIANO DA CUNHA MAGALHÃES

(☆1849 †1879)

Promotor Público da Capital, 1874-1878

"Seja este nome – escravo – suprimido
da lista dos vocábulos!
Lave-se a nódoa infame que marea
o refulgente nome do Brasil;
e, se o sangue somente lavar pode
essa mancha odienta e vergonhosa,
venha o sangue, por Deus, venha a revolta!
Calque-se aos pés o jugo espedaçado!
e seja o hino universal e santo
por todas as nações cantado – um nome
uma palavra só qu' em si resume
o que há de belo e justo: – LIBERDADE!"

(Versos do poema *Os Calhambolas*, publicado no livro *Versos*, de 1870)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça



Dimensões: 1,35m (A) x 0,70m (L)



ABOLIÇÃO E REPÚBLICA, 130 ANOS: VISÕES E AÇÕES DE PROMOTORES DO MARANHÃO OITOCENTISTA

A ALEGRIA DA ABOLIÇÃO

FREDERICO PEREIRA DE SÁ FIGUEIRA
 (★1852 †1925)
 Promotor Público de Barra do Corda
 (1875-1878, 1884-1889 e 1891)



“Um tal acontecimento foi aqui recebido com as maiores demonstrações de prazer e a lei posta imediatamente em execução sem o menor incidente. Para o interior da comarca remeti cópias da circular de V. Exa., constando-me que todos os ex-senhores de escravos abraçaram satisfeitos o ato magnânimo do Governo Imperial.”

(Ofício do Promotor Público ao Presidente da Província do Maranhão, tratando da Abolição da Escravatura. 06.06.1888)



“Durante três dias e três noites a população escrava e, com ela, o grupo abolicionista de São Luís não dormiram.

As explosões ruidosas dos entusiasmos dos defensores impertérritos da grande... causa [...] vinham juntar-se as expansões ruidosas da imensa massa dos libertos que, abandonando de chofre as casas dos senhores, se haviam lançado nas ruas em irremovíveis e tumultuárias manifestações de júbilo.”

(ABRANCHES, Dunshee de. *O Cativo*. (1941). 2 ed. São Luís: AML/Alumar, 1992, p. 194)



Jogar Capoeira, pintura de Johann Moritz Rugendas (século XIX)



Comemoração da Lei Áurea no Paço Imperial, 1888. Fotografia de Luis Ferreira



MINISTÉRIO PÚBLICO
 ESTADO DO MARANHÃO
 Procuradoria Geral de Justiça



Dimensões: 1,35m (A) x 0,70m (L)



ABOLIÇÃO E REPÚBLICA, 130 ANOS: VISÕES E AÇÕES DE PROMOTORES DO MARANHÃO OITOCENTISTA

A PROMOTORIA ACIONADA PARA ASSEGURAR A ABOLIÇÃO

ANTÔNIO LIBÂNIO QUEIRÓS,
Promotor Público do Alto Mearim, 1890

"...sobre o fato de se lhe ter queixado a mulher de nome Juliana Rosa Martins de existirem escravizados, em poder do Major Joaquim Pinto Saldanha, uma filha sua de nome Febrônia e seis filhos desta, cumpre-me dizer-vos que promoverei quanto antes as diligências necessárias, a fim de averiguar-se o que há de exato sobre o assunto, e o procedimento criminal que o caso reclamar, se for verdadeira essa imputação..."

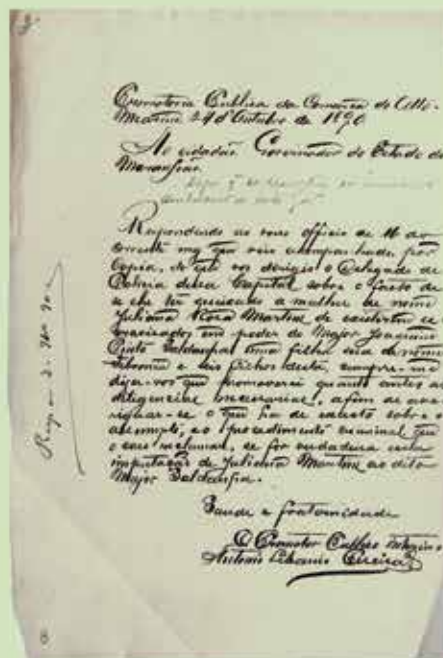
(Ofício do Promotor Público ao Presidente da Província do Maranhão, sobre a notícia de que ainda havia escravos no interior do Maranhão, 24.10.1890)

Pinto Saldanha era poderoso e cruel. Fora deputado provincial várias vezes e em 1890, na novíssima Vila de Pedreiras, era o presidente do Conselho de Intendência, cargo máximo nos municípios. Consta que, embora sem sofrer punição, foi obrigado, com as autoridades no seu encalço, a libertar os escravos.

"E, só assim, ficou extinta a escravidão em solo pedreirense. O caso do Major Pinto Saldanha obrigou o Governo a determinar uma inspeção em todas as ex-fazendas de escravos do Mearim." (LAGO, Aderson de Carvalho. *Pedreiras: elementos para sua história*. São Luís, 1976, p. 21).

E, ao que parece, só assim, ficou extinta, oficialmente, a escravidão negra no Maranhão.

(Trecho da *Introdução ao Ciclo 1872-1892*, no tomo 17 da *Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império*, 2019, p. 58. Obra do Programa *Memória Institucional do MPMA*).



Senhor com seus escravos.
Fotografia de Militão Augusto de Azevedo (1837-1905)



Colheita de café.
Fotografia de Marc Ferréz (1843-1923)



ABOLIÇÃO E REPÚBLICA, 130 ANOS: VISÕES E AÇÕES DE PROMOTORES DO MARANHÃO OITOCENTISTA

ADESÃO AO NOVO REGIME

MANOEL JANSEN FERREIRA

(★1865 †1925)

Promotor Público do Baixo Mearim, de Itapecuru-mirim e da Capital (1888-1898)

"... à disposição de V. Exas. a lealdade e dedicação inerentes ao cargo que ocupo e particularmente o muito a que me obriga o vosso patriotismo inspirado nos sentimentos democráticos que regem os destinos da nova República Brasileira."

(Ofício do Promotor Público à Junta Governativa do Maranhão após a Proclamação da República. 21.11.1889)



ARTHUR QUADROS COLLARES MOREIRA

(★1866 †1954)

Promotor Público de Rosário (1888-1890)

"... faço os mais ardentes votos pela prosperidade dos Estados Unidos do Brasil."

(Ofício do Promotor Público à Junta Governativa do Maranhão após a Proclamação da República. 01.12.1889).

Se, no Rio de Janeiro, o povo assistiu *bestializado* à Proclamação da República, conforme o republicano Aristides Lobo, em São Luís, o maranhense praticamente ignorou o fato, comemorando-o somente dias depois.

Mas, em novembro, há profusão de ipês florescendo em amarelo no Maranhão. *"Paus-d'arco em flor. Viva a República!"* – foi a mensagem por telegrama que o poeta republicano Sousândrade enviou para o marechal Deodoro da Fonseca, que recém-proclamara a República.

Ele também escreveu na imprensa da Capital: *"Onipotente Deus, inspira minha Pátria, no solene momento de sua Eucaristia social"*.

Foi Sousândrade quem concebeu a Bandeira do Maranhão na época.



PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL



SÃO LUÍS - A PÁTRIA - BARRA DOS REIS - DIA 15 DE SETEMBRO DE 1889



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça



Dimensões: 1,35m (A) x 0,70m (L)



ABOLIÇÃO E REPÚBLICA, 130 ANOS: VISÕES E AÇÕES DE PROMOTORES DO MARANHÃO OITOCENTISTA

PROMOTORES LIGADOS ÀS CAUSAS DA ABOLIÇÃO E/OU DA REPÚBLICA



ANTÔNIO BATISTA BARBOSA DE GODOIS (1860 †1923)
Promotor Público em Turiçu (1884-1885)



ANTÔNIO DE BRITO SOUZA GAROTO
Promotor Público (1853-1856) em Caxias, no Alto Mearim e na Capital



ARTHUR QUADROS COLLARES MOREIRA (1866 †1914)
Promotor Público em Rosário (1888-1890)



AUGUSTO CÉSAR LOPES GONÇALVES (1865 †1988)
Promotor Público (1889-1891) em Viana e Brejo



BENEDITO PEREIRA LEITE (1852 †1909)
Promotor Público em Brejo (1883-1884)



CASEMIRO DIAS VIEIRA JÚNIOR (1853 †1897)
Promotor Público em Viana (1878-1882)



CELSO DA CUNHA MAGALHÃES (1889 †1879)
Promotor Público na Capital, 1874-1878



FRANCISCO ANTÔNIO BRANGÃO (1840 †1905)
Promotor Inteiro na Capital (1878-1881, 1883-1884, 1889 e 1891)



FRANCISCO DA CUNHA MACHADO (1860 †1913)
Promotor Público (1882-1883) na Capital, em Grajaú e Alcântara



FREDERICO PEREIRA DE SÁ FIGUEIRA (1852 †1923)
Promotor Público em Barra do Corda (1875-1878, 1884-1889 e 1893)



ISAAC MARTINS DOS REIS (1854 †1898)
Promotor Público em Barra do Corda (1882-1883)



JOÃO DUNSHEE DE ABRANCHES MOURA (1867 †1941)
Promotor Público em Barra do Corda (1888-1890)



JOSÉ JANSEN FERREIRA JÚNIOR (1845 †1888)
Promotor Público (1869-1876) em Guimarães e Alcântara



JOSÉ PEREIRA DA GRAÇA ARANHA (1868 †1911)
Promotor Público (1886-1888) em Guimarães e Rosário



MANOEL JANSEN FERREIRA (1865 †1925)
Promotor Público do Baixo Mearim, de Itapecuru-mirim e da Capital (1888-1898)



RAMUNDO JOAQUIM EWERTON MAYA (1847 †1904)
Promotor Público no Alto Mearim (1870) e na Capital (1874)



TRAJANO GALVÃO DE CARVALHO (1830 †1894)
Promotor Público em Itapecuru-mirim, 1859



URBANO SANTOS DA COSTA ARAÚJO (1809 †1922)
Promotor Público (1882-1888) no Baixo Mearim, em Mirador, Pastos Bons, Guimarães e Rosário



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça



Dimensões: 1,35m (A) x 0,70m (L)

ABOLIÇÃO E REPÚBLICA, 130 ANOS: VISÕES E AÇÕES DE PROMOTORES DO MARANHÃO OITOCENTISTA



O PROMOTOR CELSO MAGALHÃES ou UM POETA ABOLICIONISTA CONTRA A ARISTOCRACIA MARANHENSE



Local do homicídio do escravidão inocência em 1876, sobrado da assassina, D. Ana Rosa Vieira Ribeiro, que depois seria a Baronesa de Grajaú. Rua do São João, São Luís-MA (foto de 2004)

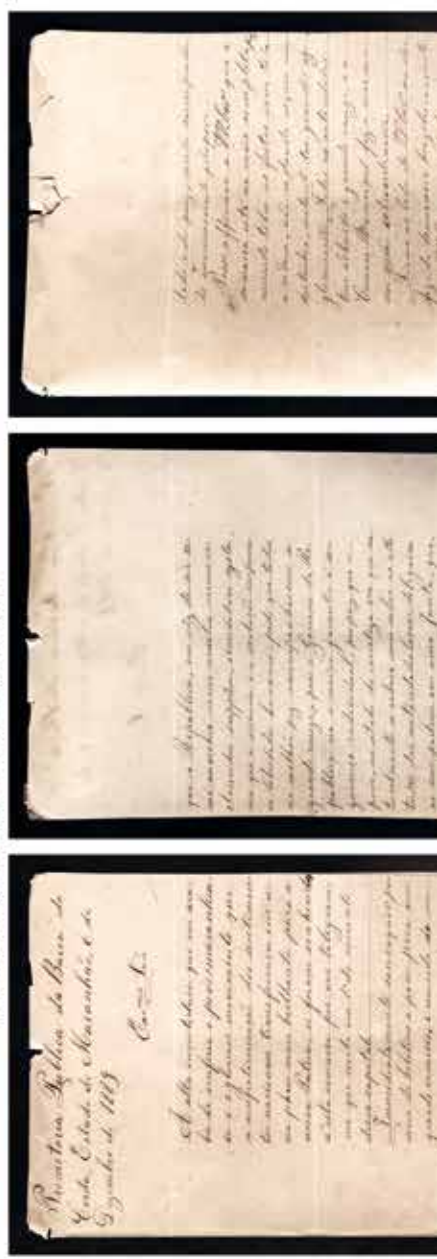
"O caso presente é gravíssimo, Senhor. A opinião se tem levantado unânime para condená-lo e as exigências sociais devem ser satisfeitas, a fim de que a ação da justiça seja respeitada e o seu fim isento da deturpação. Recorrendo para este Venerando Tribunal, tem certeza esta Promotoria de ver julgado procedente o seu recurso, à vista do mérito dos autos e valor dos documentos apresentados. Houve um delito, e preciso que a sua autora responda por ele e defenda-se regular e legalmente perante o Juri. Lá ela mostrará, se lhe for possível, que é inocente e trair-se-á o debate entre as partes. É nas penas do art. 193 do Cód. Crim. que, segundo o seu parecer, espera esta Promoto-



O PROMOTOR DUNSHEE DE ABRANCHES ou COMO SAUDAR A REPÚBLICA NASCENTE



Proclamação da República. Círculo sobre foto de Benedito Calixto, 1893



ria ver pronunciada, a acusada D. Anna Rosa Vianna Ribeiro, com o que se fará plena justiça.*

Excertos das razões do recurso contra a impronúncia da ré, interposto pelo promotor público Celso Magalhães e provido pelo Tribunal da Ilhação do Maranhão, 1877)

Autos do Processo da Ilhéuária



CELSO DA CUNHA MAGALHÃES (1849-1879), Promotor Público da Capital (1874-1878). Poeta abolicionista, cronista, romancista, dramaturgo, folclorista, pioneiro do romance naturalista no Brasil, fundador da pesquisa científica sobre o folclore do País, renovador cultural do Maranhão no último quartel do século XIX. Patrono de cadeiras da Academia Maranhense de Letras, da Academia Maranhense de Letras Jurídicas e do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, entre outras instituições. Patrono do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Celso Magalhães (gravura de 1879, publicada no periódico O Mequetrefe, ilustrando o seu necrológio)



Criança negra sob castigo de palmatória. Fotografia desconhecida (século XIX)



Senhora na fogueira com obis escravos (Bahia, c. 1860). Fotografia desconhecida

"A alta investidura que vos acaba de conferir o povo maranhense, e o glorioso movimento que a confraternização dos sentimentos nacionais transformou em uma fase mais brilhante para a nossa Pátria, só foram conhecidos nesta comarca por um telegrama que recebi em 1º do corrente dessa capital. Imediatamente, convoquei por meio de boletins o povo para um grande comício; e reunido do melhor modo, anunciei-lhe a grandiosa nova da transformação que acabava de se operar no país, trazendo a civilização e a paz; li a patriótica mensagem do bravo General Deodoro ao ex-imperador e a resposta deste; procurei mostrar que a República, em vez de ser uma anarquia como muitos menos esclarecidos supõem, é o verdadeiro sistema que a ciência e a evolução impõem às liberdades humanas; pedi que todos na melhor paz acompanhassem a grande causa, pois o Governo da República era a maior garantia à segurança individual; propus que o povo no estado de incerteza em que naturalmente se achava, sem saber as atitudes das autoridades locais, delegasse os seus poderes em uma Junta, que, composta de cidadãos ilustrados, havia de garantir a ordem pública e segurança de cada um, procurando adesões gerais e providenciando como o exigissem as condições anormais da nação; e concluí erguendo saudações à República, aos governos deste estado e do país, sendo correspondido unanimemente pelo povo. Posso afirmar a V. V. Exas. que a comarca está na mais completa paz, correndo todas as festas com toda a ordem, não se dando sequer um distúrbio, natural das grandes aglomerações. Todas as autoridades têm aderido à grande causa, e a Câmara Municipal fez o mesmo em sessão extraordinária. Firme ao lado de V. V. Exas. na defesa da democracia brasileira, reitero a V. V. Exas. os protestos de minha mais alta consideração."

(Ofício do Promotor Público de Barra do Corda à Junta Governativa do Maranhão após a Proclamação da República. 06.12.1889)



Dunshee de Abranches em foto de 1911, então deputado federal (do livro A Estirpe de Grajau, de sua autoria)

JOÃO DUNSHEE DE ABRANCHES MOURA (1867-1941), Promotor Público de Barra do Corda (1888-1890). Poeta, jornalista e orador abolicionista e republicano, historiador, sociólogo, jurista e professor, deputado estadual e deputado federal. Patrono da cadeiras da Academia Maranhense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.



Alfresco (1918), alegoria da República, por Pedro Paulo Bruno, retrata mulheres, evocando a Maritima; da Revolução Francesa; uma das quais amamentando. A criança amamentada simboliza a República infante. Na parede, quadros retratando Tiradentes e Marechal Deodoro da Fonseca, ícones da República.



Dimensões: 2,34m (A) x 1,97m (L)





O PROGRAMA MEMÓRIA E O MEMORIAL DO MPMA, 15 ANOS

MEMORIAL DO MPMA

14.12.2004: INAUGURAÇÃO



Discurso do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho



Discurso do Governador do Estado, Dr. José Reinaldo Carneiro Tavares



Descerramento da placa inaugural pelas autoridades



O PGJ da época e os ex-procuradores-gerais de justiça



O CGMP da época e os ex-corregedores-gerais do MPMA



O PGJ com a Comissão Gestora do Programa Memória, auxiliares e colaboradores



O PGJ apresenta a reconstrução do gabinete do Procurador-Geral nos anos 1930



Aspecto do interior do Memorial



Aspecto do interior do Memorial



O PGJ inaugura o livro de registro de visitação



Aspecto da concentração do público em frente ao Memorial antes da inauguração



Aspecto da concentração do público em frente ao Memorial após a inauguração



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça



Dimensões: 1,35m (A) x 0,70m (L)



Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão

O PROGRAMA MEMÓRIA E O MEMORIAL DO MPMA, 15 ANOS

MEMORIAL DO MPMA

09.08.2013: REINAUGURAÇÃO










Autoridades do MPMA no início da solenidade



A PGI da época e ex-procuradores-gerais de Justiça no descerramento da fita de reinauguração



Aspecto do Interior do Memorial

14.12.2018: REINSTALAÇÃO







Rua Oswaldo Cruz, 1396: nova sede do Memorial



Fachada do Espaço Multicêntrico no Centro Cultural



Fachada do Espaço Convencional no Centro Cultural



Membros do MP reunidos antes da inauguração



Descerramento da fita de inauguração do Centro Cultural pelas autoridades



Performance de ator representando Cebo Magalhães, Patrono do MPMA



Autoridades aplaudem as instalações do Espaço Convencional



Procurador-geral Luiz Gonzaga Martins Coelho e promotor Washington Cantanhede apresentam a Linha do Tempo da História do MPMA aos convidados



A ex-PGI Elvira Figueiredo de Almeida Silva assina livro de visitas sob o olhar de Dr. Luiz Gonzaga



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça



Dimensões: 1,35m (A) x 0,70m (L)



O PROGRAMA MEMÓRIA E O MEMORIAL DO MPMA, 15 ANOS

PESQUISA E PUBLICAÇÕES



Arqueologia documental e de lembranças: transcrição de documentos oficiais no Arquivo Público do Estado e entrevistas com membros ativos e inativos do MPMA, a exemplo do procurador de justiça João Raymundo Leitão (foto acima)

PUBLICAÇÕES



Também disponíveis ou a disponibilizar em: www.mpma.mp.br/memorial/

Parte do resultado das pesquisas



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça



Dimensões: 1,35m (A) x 0,70m (L)



O PROGRAMA MEMÓRIA E O MEMORIAL DO MPMA, 15 ANOS

REVELAÇÕES

PROMOTORES E PROCURADORES PIONEIROS



JOAQUIM FRANCO DE SÁ

Importante magistrado e político maranhense, foi, ainda estudante de Direito, o cidadão mais votado para servir como Promotor do Juiz de Alcaldaria, no ano de 1831. Presidente das províncias da Paraíba e do Maranhão, senador e desembargador.



CÂNDIDO MENDES DE ALMEIDA

Promotor Público da Capital. Primeiro maranhense a exercer a função de Promotor Público (1842), por perseguição política. Jornalista, jurista, historiador, geógrafo, professor e provedor do Império.



JOÃO PEDRO DIAS VIEIRA

Promotor Público da Capital. Rebelando-se contra a hipocrisia do poder policial, em defesa das prerrogativas do cargo de Promotor Público, obteve reinstalação e primeira manifestação formal em prol da autonomia do órgão do Ministério Público, que então ainda era embrionário (1842). Advogado, magistrado, professor, jornalista e provedor do Império.



FELIPE FRANCO DE SÁ

Promotor Público da Capital, fugado, por circunstâncias políticas, e pede exoneração do cargo, sustentando, por meio e publicamente, a que hoje é prerrogativa constitucional dos membros do Ministério Público no Brasil, a independência funcional (1846). Jornalista, advogado, filósofo e provedor do Império.



JOSÉ JANSEN FERREIRA JUNIOR

Importante advogado, magistrado e político maranhense. Desembargador do Superior Tribunal de Justiça e primeiro chefe do Ministério Público Estadual, na revolução de Procelacion Genral do Estado do Maranhão (1891). Presidente da Província do Amapá.



JOÃO DE LEMOS VIANNA

Promotor Público da Capital (desde 1910, demitido do cargo por ato do governador Heitor Lima Paiva (1914), sem justificativa, ao que se seguiu demanda judicial pela sua reintegração, caso definitivamente acertado somente em 1939, quando a sentença foi cumprida. Secretário de Estado e Desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Maranhão.



MARIA DA CONCEIÇÃO AMORIM MOTTA

Promotora Pública da Capital. Era uma das primeiras advogadas do Maranhão, tendo sido a primeira a atuar no Tribunal do Juri no Estado, quando foi nomeada Promotora Pública, a primeira do Maranhão e uma das primeiras do Brasil (1935). Ainda estudante, defendeu publicamente o voto feminino.



NEWTON DE BARROS BELLO

Promotor Público de Florianópolis, exonerado pelo interventor federal Martins de Almeida (1934) sem justificativa, ao que se seguiu demanda judicial pela sua reintegração, a qual foi julgada improcedente pela Corte Suprema, tendo o governador Aguiar Lisboa, todavia, anulado o ato, restituindo o cargo (1935). Parlamentar, Secretário de Estado e Governador do Maranhão.



THALES DO AMARANTE RIBEIRO GONÇALVES

Promotor Público de Castanheira (legitimado pelo governador Aguiar Lisboa (1935), ao que se seguiu demanda judicial pela sua reintegração, a qual foi julgada procedente na Corte de Apelação do Maranhão (1936), um dos motivos para o aprimoramento da Governadoria. Posteriormente, magistrado.



EDSON DA COSTA BRANDÃO

Promotor Público da Capital. Primeiro membro do Ministério Público do Maranhão a exercer a função de Procurador-Geral do Estado (1935-1946) e por 12 anos, 11 dos quais continuamente (1937-1948) mediante nomeação do governador Paulo Martins de Sousa Ramos, advogado, vereador e prefeito de São Luís.



ARCELINA RODRIGUES MOCHELE

Primeira Promotora Pública no interior do Maranhão (Caxobá, 1937), quando ainda estudante de Direito. Aproveitou em primeiro lugar no primeiro concurso para Promotor Público no Maranhão (1941), nomeada para a Promotoria de Pinheiro, que não quis assumir. Militante feminista e comunista, jornalista e ativista política no Rio de Janeiro. Vereadora do Distrito Federal.



AURORA CORREIA LIMA FÉLIX

Promotora Pública de Flores, Codó e São Luís. Primeira Promotora do Maranhão que assumiu o cargo após aprovação em concurso público (1941), o primeiro que se realizou para ingresso no Ministério Público. Procuradora do MP perante o Tribunal de Justiça. Poetisa com obra publicada.



ESMARAGDÓ DE SOUSA E SILVA

Procurador-Geral do Estado, condecorado e introduzido na Constituição maranhense de 1967, de nome separado a chefia do Ministério Público da advocacia do Estado. Primeiro Fiscal Administrativo de Justiça do Maranhão. Desembargador e presidente do TJ-MA. Presidente do TRE-MA.



FRANCISCO CORREA LEAL

Primeiro Promotor Público do Maranhão, na condição de primeiro nomeado para o cargo na Capital (1831). Defensor da Adesão do Maranhão à Independência do Brasil. Vereador de São Luís, advogado, magistrado e deputado provincial.



ANTÔNIO DE BRITTO SOUSA GAYOSO

Promotor Público da Capital. Primeiramente, arquivista e chefe de seção de uma teoria do Ministério Público no Brasil e foi promotor, no Maranhão, da ideia de promotores independentes e vitalícios e de um MP de função social (1857). Primeiro promotor a assinar Ana Rosa Vianna Ribeiro, futura Baronesa de Grajaú, por homicídio de escravo (1856). Parlamentar, magistrado e presidente da Província do Piauí.



JOÃO DIAS XAVIER DA CUNHA

Promotor de Pastos Bons, que, reclamando de sua demissão, oficiou ao Presidente da Província, sabendo a primeira referência formal de um Promotor Público do Maranhão ao seu cargo como Ministério Público (1854), 18 anos antes de aparecer tal denominação na legislação imperial.



Dimensões: 1,35m (A) x 0,70m (L)



O PROGRAMA MEMÓRIA E O MEMORIAL DO MPMA, 15 ANOS

DESTAQUES

DIA ESTADUAL DO MPMA

Pela Constituição Estadual de 14.05.1967, que começou a vigor no dia seguinte, o chefe do Ministério Público passou a ser o Procurador-Geral da Justiça, separando-se, assim, a Procuradoria Geral do Estado da chefia do Ministério Público, gozando este "de autonomia administrativa e orçamentária" (art. 59).

A fixação desse marco da história ministerial maranhense foi um dos feitos do Programa Memória, ainda em sua fase embrionária, em 2003. A Resolução Nº 02/2006-CPMP/MA elevou o dia 15 de maio à condição de Dia Estadual do Ministério Público.

Em 2017, a Procuradoria Geral de Justiça comemorou os seus 50 anos em grande estilo.

E em 16.05.2019, o procurador-geral Luiz Gonzaga Martins Coelho obteve a instituição, por lei, do 15 de maio como Dia Estadual do MPMA, seguindo-se, a 22 do referido mês, uma sessão solene da Assembleia Legislativa em comemoração à efeméride.



EVIDÊNCIAS NOS NOVOS ESPAÇOS



ANTÔNIO CARLOS PEREIRA LOBATO
17.06.12.1912 - 11.04.1984
da nome ao Auditório



JOSÉ BENTO NOGUEIRA NEVES
17.10.09.1927 - 11.09.2014
da nome à Sala de Reuniões do Anexo do Edifício

Uma das novidades do Edifício Promotor Celso Magalhães, nova sede das Promotorias de Justiça da Capital, foi, por sugestão do Programa Memória prontamente acatada pelo procurador-geral Luiz Gonzaga Martins Coelho, a atribuição dos nomes de importantes promotores do passado a espaços internos do prédio.

Assim, foram homenageados (2017) em alas e recintos da edificação os promotores pioneiros Antônio de Britto Sousa Gayoso, Cândido Mendes de Almeida, Felipe Franco de Sá, Francisco Correa Leal, João Pedro Dias Vieira, Edson da Costa Brandão, Maria da Conceição Amorim Mota e Aurora Correia Lima Félix – cujos méritos são destacados no painel REVELAÇÕES desta exposição.


A iniciativa foi estendida (2018), por decisão do Sr. Procurador-Geral, para o edifício do Centro Cultural e Administrativo, antiga sede da Procuradoria Geral de Justiça, que recebeu o nome da última promotora citada e, nos seus espaços internos, os nomes dos homenageados constantes neste painel, cujas respectivas notas biográficas se encontram à entrada daqueles locais.



ILZE VIEIRA DE MELO CORDEIRO
17.06.01.1934 - 04.07.2017
da nome ao Espaço de Arte



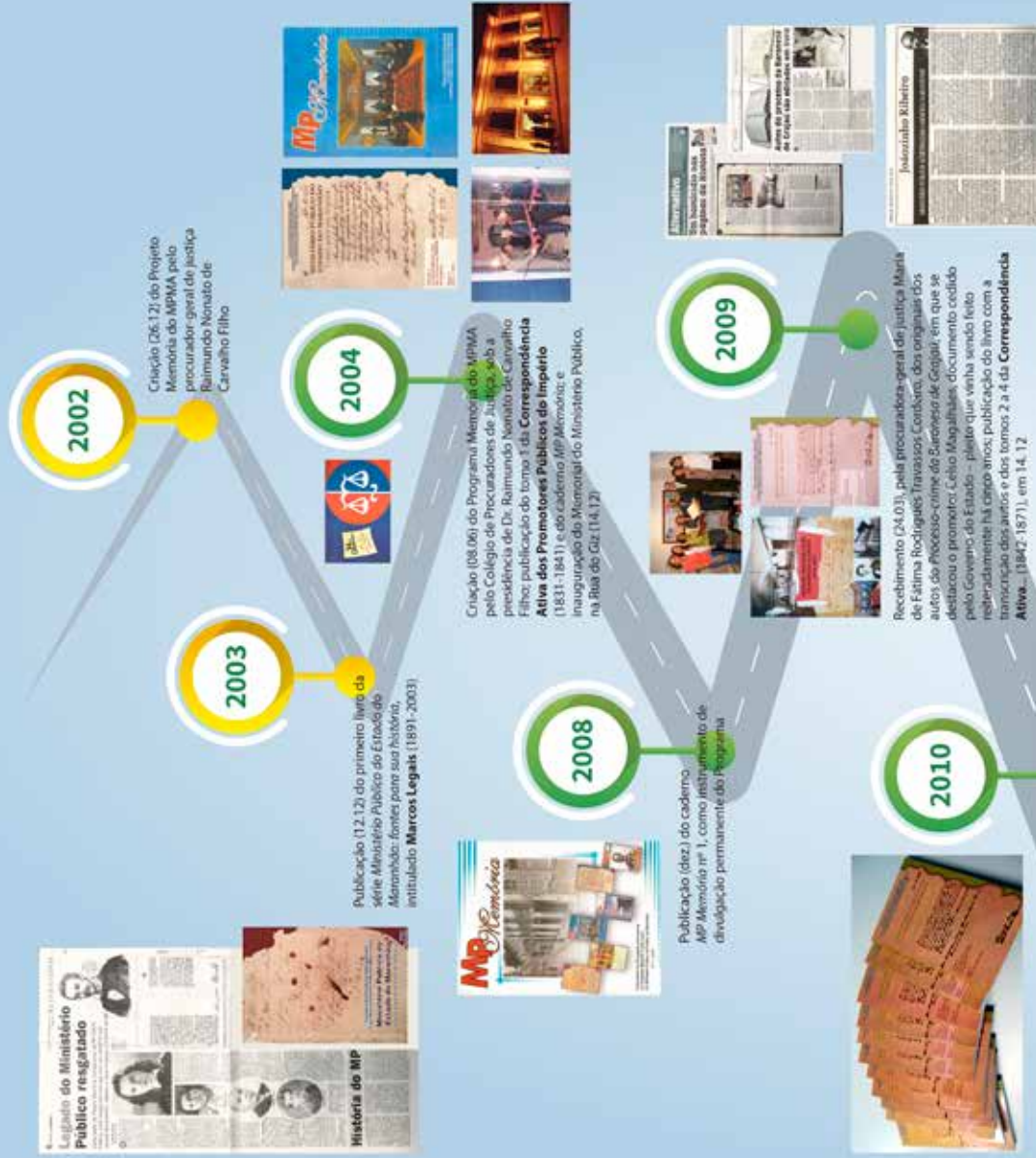
SUNAMY VIVEKANANDA MIRELES
17.10.1940 - 08.12.2017
da nome ao Anexo do Edifício



Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão

O PROGRAMA MEMÓRIA E O MEMORIAL DO MPMA, 15 ANOS

LINHA DO TEMPO DA TRAJETÓRIA DO PROGRAMA





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Dimensões: 2,10m (A) x 0,90m (L)

PROGRAMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO
Procurador-Geral de Justiça

FRANCISCO DAS CHAGAS BARRROS DE SOUSA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

MARILÉA CAMPOS DOS SANTOS COSTA
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Comissão Gestora do Programa Memória:

TEODORO PERES NETO
Procurador de Justiça / Coordenador

WASHINGTON LUIZ MACIEL CANTANHÊDE
Promotor de Justiça

CLÁUDIO LUIZ FRAZÃO RIBEIRO
Promotor de Justiça

ANA LUIZA ALMEIDA FERRO
Promotora de Justiça

MARIA DOS REMÉDIOS RIBEIRO DOS SANTOS
Coordenadora de Documentação e Biblioteca

MEMORABILIA MP 2019 **(MOSTRA DO PROGRAMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO MPMA)**

CATÁLOGO

SOBRE AS EXPOSIÇÕES

**Pesquisa, textos, seleção das ilustrações,
concepção geral do formato e sistematização dos painéis**
Washington Luiz Maciel Cantanhêde

Fotografias atuais

Acervo do Programa Memória
Publicações da Coordenadoria de Comunicação/PGJ
Merval de Jesus Gonçalves Filho

Concepção artística dos painéis

Washington Luiz Maciel Cantanhêde
Wemerson Duarte Macêdo

Diagramação eletrônica dos painéis

Wemerson Duarte Macêdo

Revisão dos painéis

Cláudio Luiz Frazão Ribeiro
Washington Luiz Maciel Cantanhêde

Apoio à montagem

Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos
(e equipe da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca)
Kelcilene Rose Silva, historiadora
(e estagiários do Curso de História da Universidade Federal do Maranhão em atividade no Programa Memória)
José Ribamar Rodrigues Furtado
(e equipe da Coordenadoria de Serviços Gerais)
Alan Roberth da Silva Ribeiro
(e equipe da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação)

SOBRE ESTE CATÁLOGO

Concepção do formato

Washington Luiz Maciel Cantanhêde
Rômollo de Sá Malta

Textos

Washington Luiz Maciel Cantanhêde
Cláudio Luiz Frazão Ribeiro

Supervisão

Cláudio Luiz Frazão Ribeiro
Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos

Edição eletrônica

Wemerson Duarte Macêdo

Impressão

Tavares & Tavares (Uberlândia-MG)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís-MA. CEP: 65076-820.
Telefone: (98) 3219-1600 (98) 3231-1624. Homepage: <http://www.mpma.mp.br>

MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Centro Cultural e Administrativo
Rua Osvaldo Cruz, 1396 - Centro. São Luís-MA. CEP: 65020-910
Fone: (98) 3219-1804 Homepage: <http://www.mpma.mp.br/memorial/>